



fne

fne

fne

fne

NÃO DESISTO!

GESTÃO PÚBLICA

www.fne.pt

www.fne.pt

Professor



é preciso mudar

BAS

EDITORIAL

P.3 AÇÃO SINDICAL E DESAFIOS FUTUROS: DEFENDER A PROFISSÃO E A CARREIRA DE TODOS OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

AÇÃO SINDICAL

- P.4 À P.6** 6.6.23: A DATA SIMBÓLICA QUE MARCOU O PROTESTO PELA RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO
P.7 GREVE ÀS PROVAS DE AFERIÇÃO COM GRANDE ADEÇÃO
P.8 PROFESSORES PEDIRAM NOVAS NEGOCIAÇÕES EM CARTA ABERTA AO MINISTRO DA EDUCAÇÃO
P.9 PLANO DE AÇÃO 2023-27 APRESENTADO AO ME
P.10 PARTIDOS POLÍTICOS RECEBERAM FNE
P.11 CARTAZES POLÉMICOS REPUDIADOS PELA FNE
P.12 À P.14 PEDRO BARREIROS: «TEREI MENOS CALMA PORQUE JÁ FOI MUITO TEMPO DE DESCONSIDERAÇÃO»
P.15 FNE DEFENDE QUOTAS PARA INGRESSO DE INVESTIGADORES NA CARREIRA CIENTÍFICA OU DOCENTE
P.16 FNE E PRESIDENTE DO CONSELHO DE REITORES DEBATERAM LINHAS DE AÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR
P.17 COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RJES RECEBEU SUGESTÕES DA FNE

VOZ DOCENTE

- P.18** DESAFIOS À REPRESENTATIVIDADE NO SINDICALISMO DOCENTE. PEDRO BRANDÃO | SPZN
P.19 OS TEMPOS DE HOJE, RECLAMAM O ENVOLVIMENTO DE TODOS. ANTÓNIO JORGE PINTO | SPZN

NÃO DOCENTES

- P.20, P.21** O PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO DA EDUCAÇÃO - PAE. NUM CONTEXTO DE CORTES NO INVESTIMENTO E DE PRIVATIZAÇÃO

INTERNACIONAL

- P.22** FNE EM REUNIÃO DO COMNET DA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO

SAÚDE

- P.23, P.24** MONITORIZAÇÃO DIGITAL PODE MELHORAR INCLUSÃO NO LOCAL DE TRABALHO

LEGISLAÇÃO

- P.25, P.26** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 DE MAIO A 25 DE JUNHO DE 2023

+VANTAGENS FNE

- P.27** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE

FICHA TÉCNICA**JUNHO 2023**

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte *
 Sindicato dos Professores da Zona Centro *
 Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo *
 Sindicato Democrático dos Professores do Sul *
 Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *
 Sindicato Democrático dos Professores da Madeira *
 Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *
 Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte *
 Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *
 Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Mário Jorge

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares



Ação sindical e desafios futuros: Defender a Profissão e a Carreira de todos os Profissionais da Educação

É com enorme satisfação que me dirijo a todos os trabalhadores da educação, através deste editorial, para refletir sobre o atual contexto político-sindical. Neste momento crucial, importa destacar os desafios que se colocam aos sindicatos e aos trabalhadores que representam, bem como o forte envolvimento na ação desenvolvida ao longo do último ano.

Vivemos tempos de mudanças aceleradas e transformações sociais profundas que, inevitavelmente, têm impacto na educação e nos seus profissionais. No meio de tanta turbulência, é fundamental que os sindicatos se posicionem de forma ativa e corajosa, assumindo o seu papel na defesa dos direitos dos trabalhadores, da valorização e dignificação das carreiras e de melhores condições de trabalho.

Ao longo do último ano letivo, foi notório o empenho incansável dos sindicatos e dos trabalhadores na defesa de uma educação de qualidade para todos. Diante dos desafios impostos, foi necessária uma forte e empenhada ação sindical por melhores condições de trabalho, pela dignificação e valorização das carreiras, por concursos justos e mecanismos de mobilidade por doença que respeitem as pessoas, e ainda pela defesa de uma educação pública, inclusiva e de qualidade.

No entanto, sabemos que os desafios não se encerram aqui. O próximo ano letivo afigura-se como um período de extrema importância para a defesa e o futuro de todos os trabalhadores da educação. É imprescindível que os sindicatos se mantenham atentos e proativos, acompanhando de perto as políticas educativas, participando ativamente nas imprescindíveis negociações e propondo soluções que atendam às necessidades reais dos profissionais da educação.

Nesse sentido, é crucial que os sindicatos fortaleçam a relação com a comunidade escolar e com a sociedade como um todo, procurando parcerias

que ampliem a visibilidade e a compreensão da importância do trabalho realizado pelos trabalhadores da educação. Além disso, é fundamental e urgente investir numa formação contínua, que permita a atualização das competências dos professores e demais profissionais da educação, devendo para esse efeito serem criadas condições de tempo, espaço e custos, garantindo que se possa selecionar a formação considerada mais útil para o exercício profissional e a gestão do tempo/horário para as frequentar.

É indubitável que o contexto político-sindical exige uma postura proativa e estratégica da FNE e dos seus sindicatos. É necessário construir alianças, promover a participação ativa dos trabalhadores nas decisões que os afetam e fortalecer as articulações em âmbito nacional e internacional. A união e a mobilização dos associados e demais trabalhadores são instrumentos poderosos para fazer valer as nossas reivindicações e assegurar conquistas importantes.

À medida que avançamos rumo ao futuro, não podemos perder de vista a importância da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, encorajamos cada trabalhador da educação a participar ativamente nas ações sindicais, contribuindo com as suas ideias, experiências e conhecimentos. Juntos, podemos enfrentar os desafios, construir uma educação transformadora e garantir um futuro promissor para a nossa profissão e para as futuras gerações.

Contem com a FNE nesta jornada, sempre em defesa da educação e da valorização dos profissionais que a tornam possível.

Saudações sindicais,




Pedro Barreiros
Secretário-Geral da FNE



6.6.23: a data simbólica que marcou o protesto pela recuperação do tempo de serviço

A 31 de maio, numa Conferência de Imprensa realizada em Coimbra pelas nove organizações sindicais em convergência, foram anunciadas greves aos exames nacionais e às avaliações finais, ficando ainda a promessa de manter a luta no próximo ano letivo, se os problemas se mantiverem.

“As organizações sindicais aqui hoje reunidas decidiram avançar com greve aos exames e greve às avaliações finais. E mais, também decidiram que, se mesmo assim chegarmos ao final do ano letivo e os problemas se mantiverem, no início do próximo ano letivo, os professores cá estarão para continuar a sua luta”, revelaram.

De acordo com os nove sindicatos, a “bola” passou então para o lado do Ministério da Educação.

Os sindicatos lembraram que na terça-feira de seis de junho estava agendada uma greve geral, sem serviços mínimos decretados, além de duas manifestações, uma no Porto e a outra em Lisboa.

O dia seis de junho de 2023 era irrepetível e tinha uma grande conotação sindical por coincidir com os seis anos, seis meses e 23 dias que os professores têm por recuperar de tempo de serviço.

GREVE NACIONAL E GRANDES MANIFESTAÇÕES NO PORTO E LISBOA

E como prometido, os nove sindicatos da educação em convergência marcaram o dia 6.6.23 com iniciativas de luta para a história.

Ao mesmo tempo que decorria a greve nacional de professores, que contou com uma adesão de cerca de 90%, milhares de docentes juntaram-se nas ruas do Porto e Lisboa para dois desfiles de protesto relembrando ao governo, na data simbólica de 6.6.23, que os Docentes portugueses exigem políticas concretas de valorização dos trabalhadores e que reconheçam a sua importância na prestação do serviço público de Educação, nomeadamente:

- A recuperação total do tempo de serviço congelado, contabilizando, ainda que de forma faseada, todo o tempo de serviço prestado para efeitos de posicionamento em Carreira;
- A recuperação do tempo de serviço perdido nas transições de carreira, permitindo assim acabar com as injustas ultrapassagens na carreira;
- A eliminação das vagas no acesso aos 5.º e 7.º escalões, constrangimento que desvaloriza a carreira docente;
- A atualização das remunerações da carreira docente;
- A criação de estímulos justos e eficazes, capazes de atrair professores para zonas desfavorecidas ou com manifesta falta de docentes;
- A eliminação da precariedade que continua a sustentar indevidamente o funcionamento das escolas;
- A alteração da ADD, tornando-a justa, rigorosa e privilegiando a componente pedagógica do trabalho de cada docente, rejeitando-se que a transformem num mecanismo meramente punitivo ou que constitua um mero exercício burocrático-administrativo sem outras consequências que não sejam meramente económicas;
- A garantia do direito à saúde e segurança no trabalho, que o empregador Estado insiste em não respeitar, afirmando-se como um dos piores exemplos nesta matéria;
- A criação de um novo regime específico de mobilidade, que efetivamente garanta a deslocação para agrupamento de escolas ou EnA que se situem perto do local de prestação de cuidados médicos ou dos apoios a prestar, a todos os docentes a quem seja reconhecida a imperiosa necessidade de proteção e apoio na situação de doença especialmente grave e incapacitante;

Ao mesmo tempo que decorria a greve nacional de professores, que contou com uma adesão de cerca de 90%, milhares de docentes juntaram-se nas ruas do Porto e Lisboa para dois desfiles de protesto.





- O estabelecimento de normas favoráveis a ambientes seguros e saudáveis para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
- A distribuição e organização do tempo de trabalho e o seu conteúdo, adaptando-o às exigências e de modo a garantir a conciliação efetiva do tempo de trabalho com a vida pessoal e familiar;
- O estabelecimento de uma nova formulação para a composição do tempo de trabalho dos docentes, clarificando o conteúdo da componente letiva, da componente não letiva e da componente individual de trabalho, com a consequente libertação de todos os procedimentos burocrático-administrativos inúteis, assegurando um efetivo respeito pelos limites do tempo de trabalho;
- A criação de condições específicas que garantam aposentação digna, sem penalizações, tendo em conta o especial desgaste que o trabalho em educação provoca;
- A garantia dos recursos necessários às Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva em todas as escolas, com os devidos docentes e técnicos especializados;
- A atribuição de incentivos para a frequência de cursos de formação inicial de professores e remuneração dos estágios profissionais para a docência;
- A promoção da estabilidade do corpo docente, através de concursos que garantam o respeito pelas suas opções e da graduação profissional em todas as etapas concursais, não "coagindo" os docentes a ter de concorrer para onde não querem e obrigando-os a ter de trabalhar em várias escolas, deslocando-se com a casa ou a mochila às costas.

A UGT mostrou solidariedade com este protesto da FNE e marcou presença no desfile em Lisboa, que partiu do Marquês de Pombal, com o seu Secretário-Geral, Mário Mourão e a Presidente Lucinda Dâmaso.

Nas palavras de Pedro Barreiros, SG da FNE, nas suas intervenções no Porto e Lisboa, "a mancha humana que se vê daqui de cima, mostra bem a resiliência dos professores. Hoje na data simbólica de 6.6.23 dizemos bem alto que não desistimos daquilo que é nosso e que vamos fazer o que custar para recuperar o nosso tempo de serviço". Para o SG da FNE "tanto no Porto como em Lisboa, milhares de professores estiveram em luta e em greve e a todos eles um grande obrigado. Hoje é um dia em que o Sr. Ministro ficou a saber que chumbou no exame porque esta já não é a primeira chamada. São várias. Chumbou no exame da mobilidade por doença, na negociação das habilitações à docência, do diploma de concursos e da correcção de assimetrias ou de aceleração de carreiras. Importa recuperar o tempo de serviço e o que vemos é que um governo de maioria absoluta só não faz nada pela educação - porque há dinheiro para muita coisa - por uma birra do primeiro-ministro que há 4 anos ameaçou demitir-se".

Nas palavras de Pedro Barreiros, SG da FNE "hoje na data simbólica de 6.6.23 dizemos bem alto que não desistimos daquilo que é nosso e que vamos fazer o que custar para recuperar o nosso tempo de serviço".

GREVE

às provas de aferição do 1.º Ciclo

COM INCIDÊNCIA NAS DIVERSAS TAREFAS RELATIVAS ÀS
PROVAS DE AFERIÇÃO DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO (2.º ANO)



RESPEITAR OS PROFESSORES
VALORIZAR A PROFISSÃO DOCENTE
DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA

www.fne.pt



Greve às provas de aferição com grande adesão

Depois do envio da Carta Aberta dirigida ao Ministro da Educação, em que propunham retomar o diálogo e a negociação, calendarizando os processos negociais e admitindo, se tal acontecesse, parar as greves e outras ações de luta e contestação que estão previstas até final do presente ano escolar, os nove sindicatos em convergência avançaram para greves a 15 e 20 de junho às provas de aferição do 1.º Ciclo.

Com a resposta posterior do Ministro à possível "trégua" nos protestos, assumindo que não valia a pena voltar a negociar porque não seria possível cumprir o que os sindicatos pedem na recuperação do tempo de serviço, a luta continuará com a greve às avaliações e aos exames, ainda que sujeita a serviços mínimos.

Sobre estes, as organizações sindicais prepararam as ações com que avançarão para os tribunais, tendo também requerido a aclaração junto dos colégios arbitrais, uma vez que a falta de clareza dos acordãos está a levar a procedimentos diferentes de escola para a escola, face às dúvidas que decorrem dos mesmos. Surpreendentemente, alegando questões processuais, os juízes presidentes negaram o esclarecimento sobre serviços mínimos que ampliam os limites legais e, em vez de mínimos, impõem a realização de todo o serviço só que com um mínimo de trabalhadores.

No dia 15 de junho teve então lugar o primeiro dia de greve às provas de aferição no 1.º Ciclo do Ensino Básico. As razões para os docentes deste ciclo, em que a atividade se exerce em regime de monodocência, fazerem greve foram as mesmas dos restantes colegas, acrescidas do facto de o Ministro da Educação continuar a adiar a apresentação de propostas concretas sobre as redu-

ções de componente letiva, previstas no artigo 79.º do Estatuto da Carreira Docente.

As organizações sindicais têm essa como uma das reivindicações presente na agenda negocial e o Ministro chegou a admitir alterar a situação atual, muito diferente para quem está em regime de monodocência, relativamente aos seus colegas de outros ciclos. Contudo, acabou por não dar seguimento à sua aparente intenção.

Havia, pois, razões acrescidas para esta greve dos docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico que, assim, marcaram uma posição de protesto face às suas condições e horário de trabalho. Como se sabe, na sequência dos acordãos para greves a provas de aferição, estas não são consideradas necessidade social impreterível, não estando sujeitas a serviços mínimos.

GRANDE ADESÃO DE NORTE A SUL

Em ambos os dias de greve às provas de aferição, verificou-se de norte a sul uma enorme adesão por parte dos docentes.

Foram várias as escolas em que não se realizaram as provas de aferição no 1.º Ciclo do Ensino Básico ou em que a adesão esteve perto dos 100%.

Estes números demonstram mais uma vez, o enorme descontentamento dos docentes numa greve dos professores do 1.º ciclo contra a incapacidade do ME para dar resposta aos problemas da monodocência, ao nível de matérias como condições de trabalho, horários de trabalho e combate ao profundo desgaste profissional que atinge a maioria dos docentes.

Foram várias as escolas em que não se realizaram as provas de aferição no 1.º Ciclo do Ensino Básico ou em que a adesão esteve perto dos 100%.

Professores pediram novas negociações em carta aberta ao Ministro da Educação

A plataforma de nove organizações sindicais enviou uma [carta aberta](#) ao ministro da Educação em que pediam a reabertura das negociações para resolver os problemas do setor, insistindo na recuperação do tempo de serviço.

“Face à situação em que nos encontramos, que resulta da ausência de resposta às propostas apresentadas por estas organizações sindicais, reafirmamos total disponibilidade para retomarmos o diálogo e a negociação consequentes”, começam por escrever, para pedir, de seguida, “igual disponibilidade da parte dos responsáveis do Ministério da Educação”.

Na carta enviada à tutela, as nove organizações sindicais, acusaram o executivo de ter ignorado as propostas enviadas no início do ano letivo.

“Sofremos hoje as consequências da ausência de medidas apropriadas para superar os problemas”, continuam, referindo matérias concretas como a falta de professores, o trabalho burocrático dos professores, a avaliação de desempenho, a monodocência, aposentação, concursos e a atratividade da profissão docente.

Há, no entanto, um tema cuja discussão o executivo já afastou, mas que continua a ser a principal reivindicação dos professores: a recuperação do restante tempo de serviço que esteve congelado (seis anos, seis meses e 23 dias).

A reivindicação não ficou esquecida na carta aberta enviada ao ministro João Costa, em que a plataforma sindical recorda que, em março, já tinha apresentado uma proposta negocial precisamente sobre o tempo de serviço.

“As organizações sindicais privilegiam o diálogo e a negociação como caminho para a resolução dos problemas, pelo que reiteram a sua disponibilidade para tal. Admitem, mesmo, parar as greves e outras ações de luta e contestação que estão previstas até ao final do ano escolar, cabendo ao Ministério e ao Governo criar condições para tal e não aos docentes abdicarem da exigência da resolução de problemas que se arrastam há demasiado tempo”, referem.

Caso contrário, asseguram que “será com determinação acrescida que irá prosseguir a luta”.

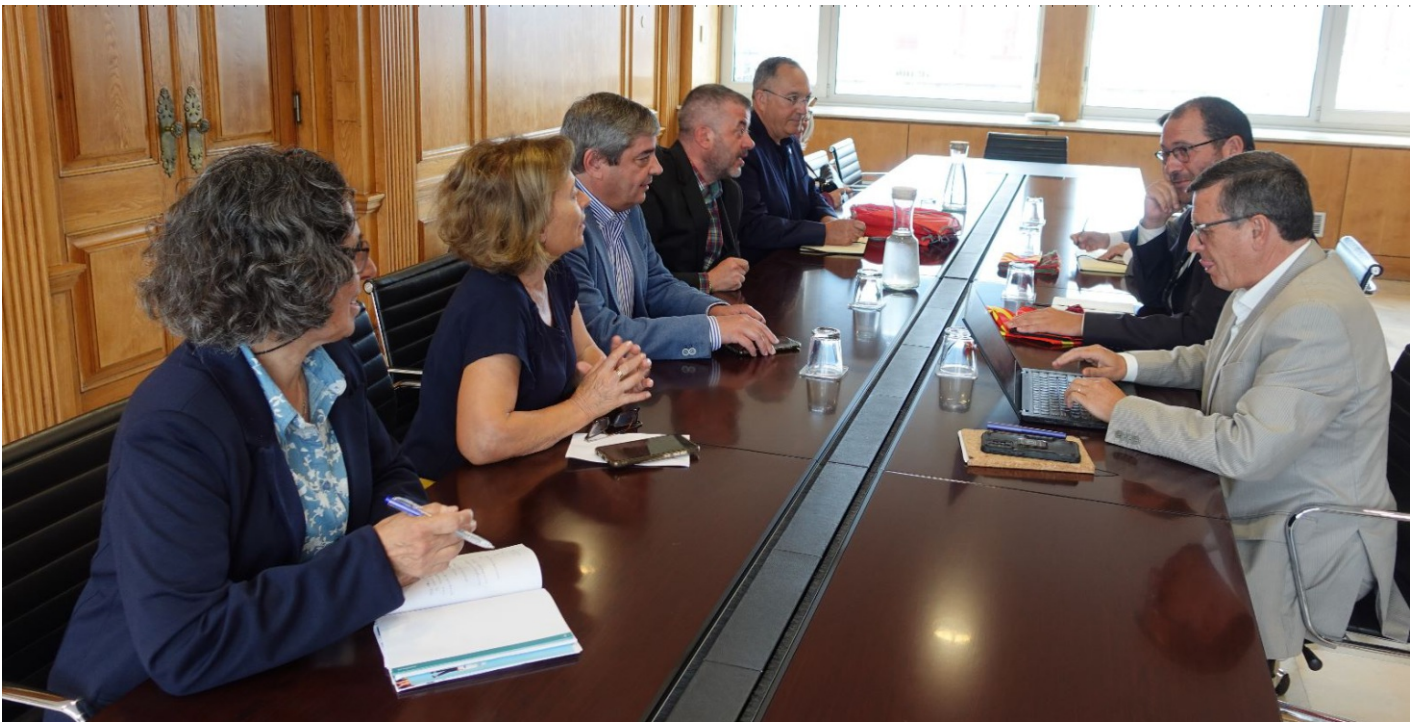
MINISTRO RECUSOU RESPONDER À CARTA ABERTA

No dia seguinte, chegou a resposta de João Costa. O Ministro da Educação recusou reabrir negociações sobre a recuperação do tempo de serviço: “Não nos comprometemos com mais, por sabermos que em termos de sustentabilidade financeira, de impacto nas aposentações (...) e de comparabilidade com todas as carreiras da administração pública não podíamos ir mais longe”. João Costa recusou ainda identificar os problemas e calendarizar soluções para outras matérias há muito faladas e a necessitar de negociação urgente na educação.

(FNE/LUSA)

Na carta enviada à tutela, as nove organizações sindicais, acusaram o executivo de ter ignorado as propostas enviadas no início do ano letivo.





Plano de Ação 2023-27 apresentado ao ME

Na senda dos vários encontros de apresentação do Plano de Ação da FNE para os próximos quatro anos, aconteceu a 19 de junho uma reunião com o Ministro da Educação, João Costa, nas instalações do Ministério da Educação, em Lisboa.

Neste encontro, o recém-eleito Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, apresentou ao Ministério da Educação (ME) as linhas do Plano de Ação sindical da FNE para os próximos quatro anos e as suas preocupações na relação entre a federação e o governo, que pouco tem acrescentado às justas reivindicações dos Professores e do Pessoal de Apoio Educativo (PAE).

Na verdade, os docentes e o PAE exigem políticas concretas de valorização, que reconheçam o seu papel fundamental na prestação do serviço público de Educação. A FNE sublinhou assim a necessidade e a real importância de ser retomado um espírito negocial e com responsabilidade social ao nível de várias matérias, tais como a recuperação do tempo de serviço congelado, a Mobilidade Por Doença, regime de concursos, a falta de professores, o modelo de avaliação de desempenho, as vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões, a indisciplina e violência nas escolas, bem como a preocupação com o excesso do tempo de trabalho e o previsível impacto da inteligência artificial

(IA) nas escolas e no processo educativo, entre outros.

Relativamente ao PAE, a FNE transmitiu à tutela as preocupações com a abertura de concurso célere para os contratados - técnicos especializados, a consolidação das mobilidades destes profissionais, assim como o pagamento aos Coordenadores Técnicos e Encarregados operacionais que desempenhavam estas funções e não eram remunerados pela posição devida. O acompanhamento por parte das estruturas sindicais do processo de transferência de competências, tal como um plano de formação inicial e contínua e conteúdos e carreiras específicas, foram outros temas apresentados e que continuam a ser objetivos das reivindicações do PAE.

A FNE persiste na luta pelo papel e dignificação destes Trabalhadores, que são pilares do sistema educativo, e no combate a todas as formas de precariedade, destacando os técnicos especializados.

A FNE deixou bem claro junto do Ministério a sua disponibilidade para um diálogo regular que permita partilhar perspectivas, que se traduzam na definição de medidas concretas, na valorização dos profissionais da educação.

A FNE deixou bem claro junto do Ministério a sua disponibilidade para um diálogo regular que permita partilhar perspectivas, que se traduzam na definição de medidas concretas, na valorização dos profissionais da educação.

Cartazes polémicos repudiados pela FNE

A FNE repudiou de forma veemente, em comunicado enviado às redações dos órgãos de comunicação social, o uso de imagens e palavras insultuosas, nos protestos de professores no Peso da Régua - onde decorriam as celebrações oficiais do Dia de Portugal - , que prejudicam as reivindicações dos professores e transmitem uma imagem incorreta e indigna dos educadores portugueses perante a sociedade.

Tudo a propósito de cartazes com imagens que o Primeiro-Ministro apelidou de "racistas" e que levantaram bastante celeuma na sociedade no Dia de Portugal e das Comunidades Lusíadas.

A FNE expressou o seu total repúdio pelo uso de imagens e palavras insultuosas que têm sido veiculadas recentemente, as quais não contribuem de forma alguma para as legítimas reivindicações dos professores e passam uma imagem errada e pouco digna dos educadores portugueses junto da sociedade.

Como também consta do comunicado "a FNE reconhece a importância do diálogo e da discussão aberta para promover melhorias no sistema educativo, bem como para garantir as condições adequadas de trabalho para os professores e educadores e de valorização e dignificação da carreira docente. No entanto, é fundamental que essas discussões sejam conduzidas com respeito mútuo e num ambiente que promova o entendimento e a cooperação".

Considera a Federação que o uso de imagens e palavras insultuosas apenas serve para polarizar o debate e desviar a atenção das questões fundamentais que afetam os professores e edu-

cadores. Além disso, contribui para disseminar estereótipos negativos e distorcer a imagem dos profissionais que desempenham um papel vital na formação dos cidadãos do futuro.

Os professores e educadores portugueses são profissionais dedicados, comprometidos e altamente qualificados, que desempenham um papel essencial no desenvolvimento das gerações futuras. Eles merecem respeito e valorização por parte de toda a sociedade, incluindo dos órgãos de comunicação social, que desempenham um papel crucial na formação da opinião pública.

"A FNE insta veementemente a todos os intervenientes a adotarem uma postura de respeito mútuo e a promoverem um diálogo construtivo. Apenas através da colaboração e da valorização dos professores e educadores é que poderemos construir um sistema educativo sólido e capaz de preparar os nossos jovens para os desafios do futuro e está empenhada em continuar a trabalhar em prol dos interesses dos professores e educadores, a lutar pelos seus direitos, bem como de uma educação de qualidade em Portugal. Estaremos vigilantes e atuantes na defesa dos direitos e da dignidade dos profissionais da educação, e reiteramos o nosso apelo para que todos os envolvidos adotem uma abordagem construtiva e respeitosa", concluiu o comunicado.

Considera a Federação que o uso de imagens e palavras insultuosas apenas serve para polarizar o debate e desviar a atenção das questões fundamentais que afetam os professores e educadores.





Partidos políticos receberam FNE

A FNE reuniu ao longo do mês de junho com alguns dos partidos políticos com assento parlamentar. E por isso decorreram encontros com PSD, PS, BE, PCP e CHEGA.

Nestes encontros, Pedro Barreiros, recém-eleito Secretário-Geral da FNE, apresentou aos partidos políticos os novos órgãos sociais da federação, eleitos no XIII Congresso em maio e as linhas de ação sindical da FNE para o futuro próximo além, claro, das suas preocupações na relação entre sindicatos e governo, que pouco tem acrescentado às justas reivindicações de docentes e pessoal de apoio educativo (PAE).

Os trabalhadores da educação portugueses exigem políticas concretas de valorização, que reconheçam o seu papel fundamental na prestação do serviço público de Educação. A FNE, nas palavras do seu recém-eleito Secretário-Geral "sublinhou a necessidade de apresentar aos partidos as nossas preocupações e soluções. É importante que percebam que queremos ser parte da solução e não do problema", acrescentando ainda "que depois existem aspetos técnicos e processuais como o custo da recuperação do tempo de serviço, mas é preciso valorizar

também outras matérias vítimas de injustiça na carreira dos professores".

"É positivo que exista da parte dos partidos esta abertura para dialogar com os sindicatos pois o país precisa de soluções e não de problemas", afirmou.

Ao nível do PAE, a FNE transmitiu aos partidos as suas preocupações com a ausência de reconhecimento dos conteúdos funcionais específicos destes trabalhadores da Educação e o estabelecimento das carreiras especiais, que continuam a ser objetivos das suas reivindicações. A FNE persiste na luta pelo papel e dignificação destes Trabalhadores, que são pilares do sistema educativo, e no combate a todas as formas de precariedade, destacando os técnicos especializados

A FNE manifestou portanto junto destes partidos as suas preocupações com os vários temas ligados às políticas de Educação que o Governo tem levado a cabo e demonstrou a sua disponibilidade para um diálogo regular que permita partilhar as perspetivas, atividades e objetivos para o setor, em nome da valorização dos profissionais da educação.

"É positivo que exista da parte dos partidos esta abertura para dialogar com os sindicatos pois o país precisa de soluções e não de problemas", afirmou, Pedro Barreiros.

Pedro Barreiros:

«Terei menos calma porque já foi muito tempo de desconsideração»



“A partir do momento em que o assumi (o desafio), tenho que o assumir com total dedicação, força e empenho”, afirmou Pedro Barreiros em entrevista à agência Lusa.

Pedro Barreiros, novo Secretário-Geral (SG) da FNE, esteve em destaque na imprensa de junho, com relevo para as entrevistas à LUSA e à CNN Portugal.

Nas palavras à Agência LUSA, o novo líder da FNE prometeu manter o sindicalismo responsável da organização, mas afirmou que terá menos calma na luta dos professores, porque “já foi muito tempo de desconsideração”.

Aos 49 anos, o desafio de liderar uma das maiores organizações sindicais do setor da Educação não estava nos planos de Pedro Barreiros, que há apenas um ano tinha assumido a presidência do Sindicato dos Professores da Zona Norte.

“A partir do momento em que o assumi (o desafio), tenho que o assumir com total dedicação, força e empenho”, afirmou Pedro Barreiros em entrevista à agência Lusa.

O novo secretário-geral reconheceu em si algumas semelhanças com o seu antecessor (João Dias da Silva) e promete manter a identidade histórica da FNE, que classificou como um “sindicalismo responsável”, sem qualquer intenção de

“fazer radicalmente diferente daquilo que era feito”.

No entanto, identificou também várias diferenças na personalidade de ambos e enquanto João Dias da Silva demonstrava ter mais calma e ponderação, Pedro Barreiros diz ser mais imediatista quanto à obtenção de resultados.

“Com a idade vamos ganhando um pouco mais de calma, mas eu não me quero acalmar, porque já foi muito tempo de perda, muito tempo de luta, muito tempo de desconsideração, e vamos ter que atalhar caminho muito rapidamente para que os professores voltem a ter prazer em ser professor”, antecipou o dirigente sindical.

O momento em que assume a liderança da FNE, de contestação no setor, também justifica a sua posição. Atualmente, a principal reivindicação dos professores é a recuperação do restante tempo de serviço que esteve congelado (seis anos, seis meses e 23 dias), mas os problemas na educação não se extinguem aí e, entre as condições de trabalho, o sistema de avaliação de desempenho e o envelhecimento da classe docente, as prioridades são muitas.

“Simultaneamente é um período aliciante, porque as coisas estão de tal forma más que eu terei pela frente a possibilidade de contribuir para inverter tudo aquilo que tão mau tem vindo a acontecer”, disse.

Pedro Barreiros admite que o atual contexto e a mobilização de professores, sobretudo a partir do final do ano passado, em torno de outro sindicato, mais recente, também obrigam a olhar para dentro e refletir sobre a necessidade de rejuvenescer uma organização sindical com já quatro décadas.

“São 40 anos de história que tiveram conquistas, tiveram derrotas, mas quando tivemos derrotas, nunca desistimos de tentar obter e conseguir os ganhos a que nos propomos desde o início”, começou por sublinhar, referindo que, nesta nova fase, espera trazer mais dinamismo à FNE e chegar aos poucos professores jovens, muitos dos quais não sindicalizados.

“As organizações precisam muito dessa faísca dos mais novos, que querem demonstrar que há formas alternativas”, explicou.

CNN | «As políticas educativas parecem ser decididas por outros ministérios que não o da educação»

Já na entrevista dada ao canal televisivo CNN Portugal, Pedro Barreiros acusou o ministro das Finanças, Fernando Medina, e o primeiro-ministro, António Costa, de serem os responsáveis pelas decisões tomadas em matéria de Educação e não a tutela. E coloca-se mesmo “na pele” de João Costa, admitindo que se fosse ministro poderia “bater com a porta”.

Numa fase em que estava a entrar o pré-aviso da greve de 6.6.23, o dirigente sindical assumiu que “os professores vão aproveitar todas as oportunidades para fazer ver ao Governo que não vão parar” e que, se o executivo continuar intransigente relativamente a algumas das “linhas vermelhas” dos docentes, a luta nas escolas vai continuar “desde o primeiro dia” do próximo ano letivo.

O SG da FNE lembrou ainda que “além dos 6 anos, 6 meses e 23 dias de tempo de serviço congelados, os professores também reclamam melhores condições na escola pública e uma política de atratividade que traga jovens para a carreira docente”.

“As organizações precisam muito dessa faísca dos mais novos, que querem demonstrar que há formas alternativas”, explicou.



Quando ao ministro João Costa, Pedro Barreiros acredita que as políticas da Educação não lhe podem ser imputadas, já que "parecem ser mais políticas decididas por outros ministérios" ou até pelo primeiro-ministro acrescentando ainda que relativamente "à capacidade para ser ministro da Educação, houve um Governo que foi eleito, houve um Governo que tem uma maioria absoluta, foi a escolha dos portugueses, e há um Governo e há um primeiro-ministro que escolheu, para liderar os destinos do Ministério da Educação, uma determinada pessoa. Nada tenho a dizer quanto ao professor Dr. João Costa, ao Sr. Ministro da Educação, do ponto de vista do pessoal, do ponto de vista do trato. Agora, do ponto de vista das políticas, a meu ver parecem-me ser mais políticas decididas por outros ministérios que não o Ministério da Educação. Parece-me que o Ministério das Finanças e a Administração Pública e o próprio primeiro-ministro têm tido uma responsabilidade bem maior do que a responsabilidade que possa ser atribuída ao Ministro da Educação, porque o que está em causa sistematicamente são problemas financeiros", afirmou.

"O próprio ministro já nos disse que concorda com muitas daquelas que são as reivindicações dos professores. Respeita-as, concorda com elas, percebe-as, mas não tem capacidade financeira para dar resposta. Pessoalmente, entendo que é um esforço enorme para o Ministro da Educação quando se vê incapaz de dar resposta àquilo que são as suas ideias. Colocando-me na pele do ministro só posso optar por duas vias: ou sinto que tenho condições para levar as minhas ideias e o meu programa adiante ou, não tendo essas condições, bater com a porta e ir-me embora. Presumo que o senhor Ministro da Educação sinta que tem as condições porque ainda não bateu a porta".

A fechar, Pedro Barreiros deixou a ideia do que será o futuro da luta, mais precisamente no início do próximo ano letivo: "Por vezes dá a ideia de que os sindicalistas e os professores não são pais e não são mães e não têm os filhos nas mesmas escolas. E nós temos".

O recém eleito líder da FNE lembrou que "uma greve tem custos. O professor, o trabalhador, nesse dia que faz greve, não recebe salário. Todos temos de abdicar de um dia de salário (e, neste caso, não é um dia, já têm sido muitos dias de salário). Se continuamos a luta com tanto custo pessoal, é porque o problema é mesmo grave e

sério. Não fazemos greve só porque sim. Fazemos porque realmente, para nós, a nossa profissão, a nossa carreira, a nossa identidade profissional é de tal forma valiosa que nós não podemos fazer outra coisa que não esta".

"As greves têm sido feitas, no caso da FNE, com conta, peso e medida, não foram assim tantas. Nós não fizemos greves por tempo indeterminado, não fizemos greves por períodos muito extensos, são greves cirúrgicas, para que possam conciliar aquilo que é a capacidade financeira de quem as faz, com também aquilo que é a importância que damos aos pais e aos nossos alunos no sentido de poderem ter escola".

"Colocando-me na pele do ministro só posso optar por duas vias: ou sinto que tenho condições para levar as minhas ideias e o meu programa adiante ou, não tendo essas condições, bater com a porta e ir-me embora".




 superior

Integração de investigadores na carreira científica ou docente do ensino superior

FNE defende quotas para ingresso de investigadores na carreira científica ou docente

A Federação Nacional da Educação (FNE) defendeu hoje um regime de quotas para a integração de investigadores na carreira científica ou docente do ensino superior no âmbito de uma nova iniciativa do Governo em negociação com os sindicatos.

José Luís Abrantes, dirigente da FNE para a área do ensino superior, disse à Lusa que a proposta foi apresentada à tutela e visa travar a "migração completa" de investigadores para a carreira docente, face à preferência das universidades em contratarem professores, uma vez que "têm falta de recursos".

Em abril, em declarações à Lusa após uma sessão no parlamento, a ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato, referiu que seria lançado em julho o aviso de abertura de um concurso da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para a integração na carreira científica ou docente do ensino superior de investigadores cujo contrato de trabalho tenha terminado ou esteja a terminar.

Posteriormente, em maio, a ministra afirmou que a iniciativa, prevista no Orçamento do Estado para 2023 (OE2023), será cofinanciada por

fundos europeus e pode abranger mil doutorados, cabendo às universidades e aos institutos politécnicos, no quadro da sua autonomia e com os quais a FCT assinará um contrato-programa, "definir quantos investigadores e docentes querem de carreira".

A FNE, que recebeu os "termos de referência" da proposta do Governo numa reunião com a tutela em maio, considera que será necessário fixar quotas mínimas e máximas no acesso às carreiras científica e docente "para que não haja uma migração completa" de investigadores para a docência face à resistência, revelada ao longo dos anos, das instituições de ensino superior em contratarem para a carreira científica.

Sobre o rácio de quotas, o dirigente da FNE José Luís Abrantes deixa a sua definição para a mesa das negociações com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. "Estamos disponíveis para negociar", frisou.

A terminar, a FNE defende ainda formação pedagógica, por parte das universidades e institutos politécnicos, para os investigadores que entrem na carreira docente, assim como um programa de avaliação para quem ingresse nas duas carreiras.

Sobre o rácio de quotas, o dirigente da FNE José Luís Abrantes deixa a sua definição para a mesa das negociações com o Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior. "Estamos disponíveis para negociar", frisou.



FNE e Presidente do Conselho de Reitores debateram linhas de ação para o Ensino Superior

A FNE reuniu com o Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Professor Doutor Antonio de Sousa Pereira, na Reitoria da Universidade do Porto.

Este encontro serviu para a FNE apresentar ao Presidente do Conselho de Reitores, os novos órgãos sociais da federação, eleitos no XIII Congresso de maio de 2023, em Aveiro, e as linhas do Plano de Ação sindical da FNE para os próximos quatro anos no Ensino Superior.

O Professor Doutor António de Sousa Pereira aproveitou também a oportunidade para mostrar junto da FNE algumas das preocupações que as Universidades portuguesas têm, com a FNE a vincar também algumas matérias que considera como prioridades na busca por soluções junto da tutela tais como a questão da precariedade, do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), dos concursos de investigação e do financiamento e governação das Instituições de Ensino Superior.

Nesta reunião, o momento foi ainda aproveitado pela FNE para expor as preocupações mais imediatas em relação ao sistema nacional de educação e formação e apresentar a sua total disponibilidade para um diálogo social construtivo.

Para a FNE, este diálogo social é indispensável para um bom funcionamento do sistema educativo no Ensino Superior, pelo que urge dar voz e participação às organizações sindicais que representam este nível de ensino, no sentido de valorizar a negociação e a concertação social.

Para a FNE urge dar voz e participação às organizações sindicais que representam este nível de ensino, no sentido de valorizar a negociação e a concertação social.

Comissão de Avaliação do RJIES recebeu sugestões da FNE

A FNE esteve reunida na manhã desta 6ª feira (23 junho), no Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para apresentação junto da Comissão de Avaliação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), presidida pelo Professor Doutor Alberto Amaral, de sugestões relativas à avaliação da aplicação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro – RJIES).

A delegação da FNE, constituída pelos Professores José Luís Abrantes (Secretário-Nacional da FNE) e Fernando Serra (SDPGL) deu nota junto da Comissão da sensibilidade da federação para estas questões, de modo a que possam ser incorporadas no relatório final que deverá ser apresentado no final do ano de 2023.

Da parte da FNE foram abordadas e entregues propostas ao nível de vários temas como:

- a questão do sistema binário (politécnico/universitário) - defendemos a total igualdade de remuneração, designação, carreira e número de horas de trabalho entre os professores dos 2 subsistemas.

- a dedicação exclusiva dos docentes e das suas condições de remuneração - a FNE defende que os professores possam acumular livremente até 8h numa semana com qualquer outra organização sem perder o direito à exclusividade.

- o regime fundacional das instituições - defendemos a existência das fundações e a possibilidade de existirem fusões entre instituições do ensino superior. somos contra a existência de trabalho não remunerado e nomeadamente, a existir, no caso de seminários ou de participações em orientações de teses, etc., esses casos devem ser cuidadosamente previstos na lei.

- da governação e do modo como se pode equilibrar o modelo existente com uma abordagem que traga mais democracia - a possibilidade de não existir uma relação direta entre a eleição do reitor ou do presidente do politécnico e o conselho geral, sendo portanto, dois órgãos indepen-

dententes e a possibilidade do reitor ou do presidente poder ser eleito por uma assembleia colegial de forma direta.

- o caso dos alunos com necessidades educativas especiais foi também referido, com a FNE a defender que devem existir apoios especiais para esses alunos, estando previstos na legislação.

A FNE sublinhou no final deste encontro que tem uma perspetiva aberta neste debate, não fechando nenhum ponto, estando previsto que as sugestões possam ser enviadas, entretanto ao MCTES.

No âmbito do seu trabalho, a Comissão tem estado a auscultar as opiniões de diversas entidades ligadas a questões do ensino superior por forma a poder informar o relatório final.

Esta Comissão acolhe também as recomendações do Conselho Nacional de Educação, da Assembleia da República, bem como o próprio RJIES, que prevê uma avaliação regular do diploma.

O RJIES faz o enquadramento legal e organizacional das instituições de ensino superior.

A FNE sublinhou no final deste encontro que tem uma perspetiva aberta neste debate, não fechando nenhum ponto, estando previsto que as sugestões possam ser enviadas, entretanto ao MCTES.



Desafios à representatividade no sindicalismo docente

Pedro Brandão | SPZN

Em vias de terminarmos o primeiro quartel do século XXI, o movimento sindical enfrenta, em Portugal como no mundo, alguns problemas de representatividade.

De acordo com o boletim estatístico do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), do Ministério do Trabalho, publicado a 28 de fevereiro do presente ano, a taxa de sindicalização, em Portugal, caiu para 7,4% em 2021, quando foi analisada pela última vez. Em 1978, de acordo com dados da OCDE, a taxa de sindicalização portuguesa era de 60,8%.

Será interessante verificar que, mesmo sendo a média de sindicalização nos países da OCDE apenas ligeiramente superior à nossa, os países nórdicos registam taxas de sindicalização muito mais significativas. Por exemplo, na Islândia nove em cada dez trabalhadores são sindicalizados, e na Suécia e na Dinamarca as taxas de sindicalização rondam os 65%.

Em Portugal, e no caso específico do sindicalismo docente, pode antecipar-se uma crise maior para os próximos anos, nomeadamente pelo elevado número de reformas esperadas, mas também pela evidente escassez de novos candidatos à docência.

A UNESCO revelou que, em 2021, mais de 60 milhões de crianças e jovens tiveram falta de educação elementar devido à escassez de professores. Vários países europeus precisam de professores, sobretudo nas áreas da matemática, ciência e tecnologia. Na Alemanha, por exemplo, estima-se que em 2025 faltarão 35 mil professores nestas áreas e em França continuam a faltar cerca de 4 mil professores, mesmo após um aumento de cerca de 20% nos salários.

De acordo com o estudo “Teachers in Europe – Careers, development and well-being”, publicada pela União Europeia, 35 de 41 sistemas educa-

tivos na Europa sofriam de falta de professores no ano letivo de 2019/2020. Para além disso, em 2018, de acordo com o Eurostat, 40% dos professores dos ensinos básico e secundário nos países da União Europeia tinham mais de 50 anos de idade.

É fundamental que os Sindicatos da Educação enfrentem estes problemas com dinamismo e entusiasmo.

Precisamos de aumentar a base de professores sindicalizados para ganhar poder negocial e intensificar a pressão no sentido de se proporcionar condições mais atrativas para quem pode ponderar a profissão docente como projeto de vida. A promoção do aumento da base de professores sindicalizados pode passar por campanhas de informação acerca da necessidade de haver um movimento sindical representativo e influente, nomeadamente por comparação com a qualidade de vida dos países nórdicos, onde o movimento sindical é mais forte. Os Sindicatos devem também renovar a sua imagem, apostando numa postura dinâmica nas redes sociais e promovendo a participação dos mais jovens nas estruturas sindicais.

Se queremos combater esta crise de representatividade e aumentar a relevância das nossas organizações, é imperativo que os professores se reconheçam na nossa imagem e na nossa luta.





Os tempos de hoje, reclamam o envolvimento de todos

António Jorge Pinto | SPZN

Realizou-se nos dias 20 e 21 de maio, de 2023, o XIII Congresso da Federação Nacional da Educação. Foi um congresso que se caracterizou por uma forte participação. Um em cada cinco congressistas fez a sua intervenção dando a conhecer ao congresso, a sua proposta e contributo, sobre os diversos temas, num tempo curto, dado o número elevado de inscritos. Foram discutidos uma grande diversidade de temas, sobre o Relatório de Atividades 2018-2023 e sobre o Plano de Ação para o quadriénio 2023-2027. Este congresso aprovou uma alteração estatutária que confere mais versatilidade e eficácia aos órgãos sociais da federação, promovendo a interação, a partilha e novas formas internas de abordagem e articulação. Houve emoção, houve racionalidade e foi aprovado o programa de ação da FNE que nos orientará nos próximos quatro anos.

Neste congresso elegemos um novo Secretário-Geral, Pedro Barreiros, que substituiu o anterior líder da FNE, João Dias da Silva, que ocupou o cargo ao longo de 19 anos.

Os desafios e incertezas que se colocam ao novo Secretário-Geral da FNE, e simultaneamente Presidente do Sindicato dos Professores da Zona Norte, são gigantesco, se considerarmos as lutas e o momento particularmente complexo que vive a escola pública, os professores e o movimento sindical.

O Sindicato dos Professores da Zona Norte, tem que ser o suporte, a rede do novo secretário geral. Temos que garantir apoio incondicional, a sustentabilidade política necessária e adequada,

para que o nosso Presidente e Secretário-Geral, possa desempenhar com competência e criatividade as responsabilidades que assumiu. O Sindicato dos Professores da Zona Norte tem que alimentar o seu líder, para que ele possa executar o Plano de Ação a que se propôs e enfrente os desafios do quotidiano, que é cada vez mais difícil e complexo.

Os tempos de hoje reclamam o envolvimento de todos e de cada um dos nós. Teremos que garantir a qualidade dos serviços prestados aos nossos sócios, nas escolas, no terreno, recorrendo às redes sociais, às ferramentas digitais e tecnológicas avançadas. Temos que ser capazes de enfrentar novos desafios, como a inteligência artificial. Temos que ser capazes de atrair os professores mais novos e responder às suas necessidades e exigências. A única certeza que temos é que com um SPZN forte, criativo e determinado teremos uma FNE forte, sendo esta a única forma de defendermos os trabalhadores que representamos.

O futuro do movimento sindical convoca cada um dos sindicatos da FNE a reforçar a sua estrutura, tornando-a mais forte e adaptada aos novos tempos, frequentemente estranhos e de grande incerteza. Temos que abdicar dos interesses individuais a favor do interesse coletivo da federação. Teremos que ser nós próprios, com atividades próprias que nos individualizem, independentemente de participarmos noutras conjuntas, em parceria com organizações amigas e nossas parceiras.

O Pessoal de Apoio Educativo da Educação - PAE

Num contexto de cortes no investimento e de privatização



A FNE (Federação Nacional da Educação) e os seus sindicatos de Não Docentes foram honrados com o acolhimento da II Conferência Mundial do PAE (Pessoal de Apoio Educativo), na

cidade de Aveiro, em Portugal, para a promoção das condições de trabalho destes trabalhadores no mundo inteiro e lutar por mais investimento na Educação de qualidade.

Quando nos reunimos em Bruxelas na I Conferência do PAE, em maio de 2018, estávamos longe de imaginar as mudanças que iriam ocorrer no mundo, muito em particular na Educação e a realização da II Conferência Mundial do PAE, na cidade de Aveiro.

O PAE foi confrontado com a crise mundial da Covid-19, pelas guerras que assolaram o continente europeu e africano, pela crise económica e social que recaiu sobre nós e pelas consequentes fugas de população, motivadas por contextos adversos e mudanças climáticas disruptivas, nomeadamente em África e na América do Sul.

Estas situações de perigo de saúde pública, de guerra e de economias em fragilidade atingem, de modo duro e particular, os jovens em idade escolar, cujos problemas obrigam a maiores apoios na escola - um espaço de excelência para eles -, com o acréscimo dos cuidados de saúde, cuidados alimentares, de ensino-aprendizagem e de bem-estar físico e mental.

Perante esta crise mundial, os desafios do PAE aumentaram consideravelmente, ao ter que prestar um apoio mais efetivo e consistente, a todos estes jovens, famílias e comunidades, com um foco muito especial nos provenientes de contextos mais desprotegidos.

Em Portugal, muitas escolas permaneceram abertas em plena pandemia da COVID-19, porque havia profissionais que não podiam trabalhar a partir da sua residência, nomeadamente médicos, enfermeiros, trabalhadores da saúde, polícias, militares, bombeiros ou técnicos de ambulâncias, e os trabalhadores não docentes do ensino público.

O PAE permaneceu nessas escolas, dando apoio aos filhos daqueles trabalhadores, entre outras áreas em cuidados de saúde, alimentação, em aulas on-line ou em espaços recreativos. Numa situação de saúde pública incerta e perigosa o PAE esteve sempre presente.

Estará o PAE preparado para fazer face a uma constante realidade dos nossos sistemas de ensino profundamente marcada por sucessivos cortes no financiamento da escola pública? Estarão as nossas crianças devidamente protegidas com a tendência de privatização e comercialização do ensino e da escola pública de qualidade, numa oposição a um ensino privatizado que visa essencialmente o lucro? E como salvaguardar o interesse supremo da defesa de todas as crianças e jovens, como sucede na escola pública?

Estas premissas desafiam diariamente o PAE, quer falemos de trabalhadores da escola pública ou da escola privada. De facto, não há aqui diferenças no seu profissionalismo e dedicação. O que difere é a natureza da entidade proprietária da escola.

O PAE tem um papel vital na Educação. E vai continuar a apoiar a diversidade nas escolas, com um foco muito especial nos alunos refugiados vítimas de guerras e migrações, nos imigrantes, nos alunos com dificuldades especiais de aprendizagem, na melhoria de condições para quem sofre contrariedades de género, no acesso democrático de todos a uma escola gratuita e de qualidade.

Perante esta situação de desafio permanente, criada às escolas e aos espaços educativos, pela guerra, pela crise climática e pela crise económico-social, o PAE exige dos governos um investimento público capaz de lidar com a nova realidade tecnológica e com o processo de transição digital em curso, promovendo uma adequada formação profissional, dentro do próprio horário de trabalho.

Para a FNE, a transição digital deve ser justa e abranger todos os alunos, docentes e PAE, valorizando a equidade e o acesso de todos às novas tecnologias. É também imperioso assegurar a vitalidade física e psíquica do PAE para a sua atividade profissional.

Os governos deverão ter igualmente um olhar mais atento e abrangente para a escola inclusiva, para todos e para cada um dos alunos, no respeito por cada individualidade. Por isso, consideramos a formação profissional ao longo da vida tão importante, seja em matéria digital, legal, pedagógica, cultural, linguística, em competências emocionais ou na resolução de conflitos. Uma formação especializada sólida permite ao PAE desempenhar uma missão educativa completa, nomeadamente nas equipas multidisciplinares para a inclusão.

Em Portugal, o PAE luta por um estatuto profissional digno, pela definição de conteúdos funcionais relativos à Educação e pelo estabelecimento das suas carreiras especiais. Luta também por medidas que eliminem a precariedade e a sobrecarga de trabalho. Nos últimos quatro anos, a FNE realizou oito consultas nacionais ao PAE. Sobre a quantidade de trabalho, 78,3 % dos inquiridos respondeu que tinha aumentado.

A valorização salarial, apoios à mobilidade, uma avaliação de desempenho justa, melhores condições de vida e de trabalho e o reconhecimento social do seu papel na Educação são grandes objetivos do PAE em Portugal.

A gestão do PAE em Portugal passou, no corrente ano do Ministério da Educação central para os municípios portugueses. Deste modo, é vital encontrar novas formas de relacionamento e de um diálogo social efetivo, capaz de criar sinergias e soluções concretas para os problemas reais do PAE, em todas as suas categorias profissionais.

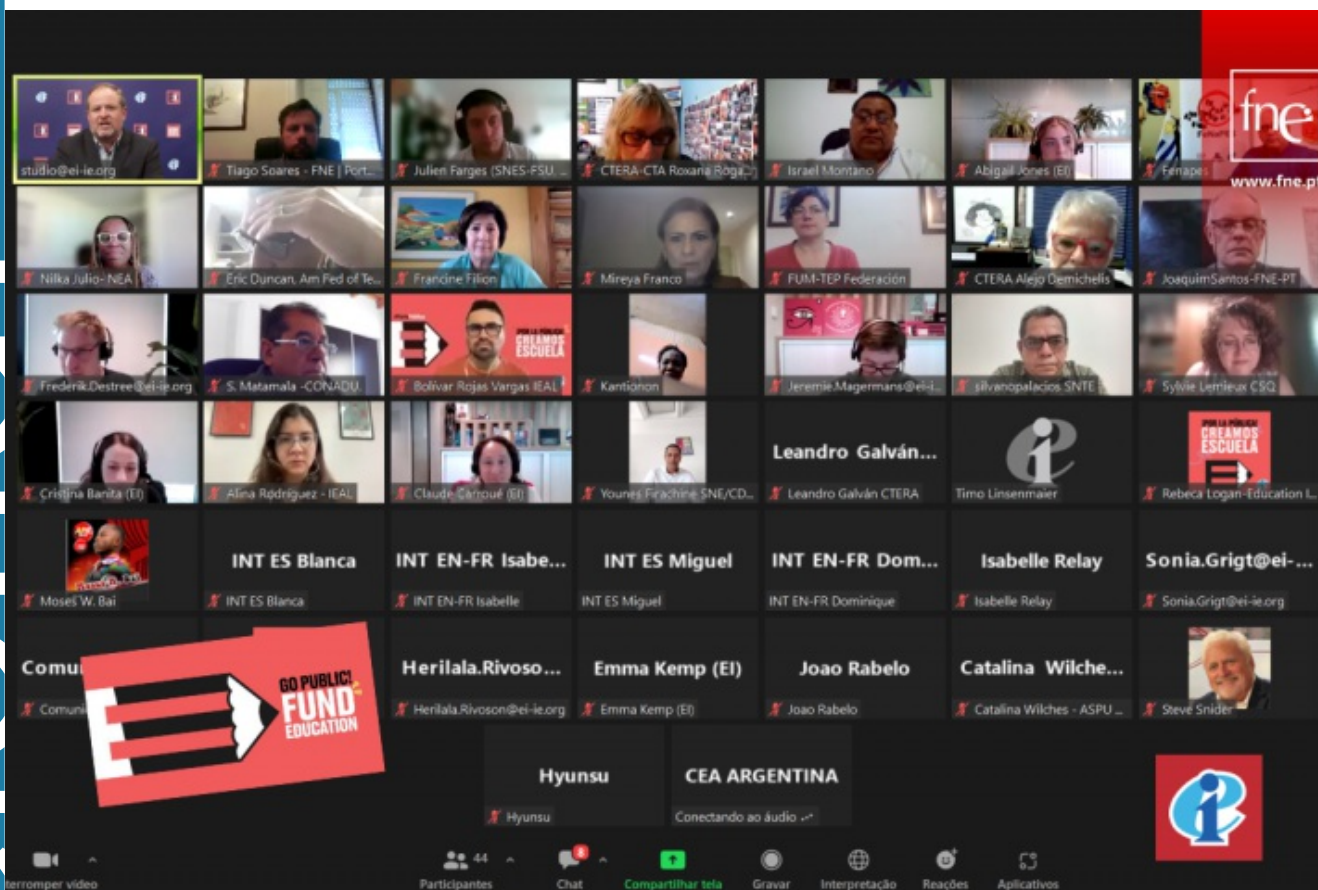
Desde 2018 que a FNE celebra o Dia Mundial do PAE, que em verdade é anualmente celebrado a dobrar, pois em Portugal também o comemoramos, a nível nacional, no dia 24 de Novembro. Celebrarmos o dia 16 de maio e o papel do PAE na Educação e na sociedade é uma obrigação, que levamos a cabo com todo o empenho e satisfação. Termos sido parte na realização da II Conferência do PAE em Aveiro, foi para nós um grande acontecimento, cujas conclusões a que chegarmos, iremos levar ao conhecimento do nosso governo.

Sobretudo pela contribuição da FNE na campanha global “Go Public: FUND EDUCATION”, da IE (Internacional da Educação). O PAE e a Educação pública precisam de investimento como de pão para a boca. Cabe a todos nós ajudarmos a fazer esse pão. A II Conferência Mundial do PAE de Aveiro foi disso mais um bom exemplo.

*João Ramalho, Ph.D.
Presidente do STAAE-ZC / FNE*



O PAE, os educadores e professores e a escola pública precisam urgentemente de investimento.



FNE em reunião do ComNet da Internacional da Educação

A FNE participou na reunião global da ComNet - Rede de Comunicação da Internacional da Educação (IE), que não reunia desde o ano de 2019.

A reunião decorreu em 1 de junho de 2023 e teve intervenções da presidente da IE, Susan Hopgood, e do Secretário-Geral da organização, David Edwards.

A sessão foi liderada por Rebeca Logan, Diretora de Campanhas e Comunicação da IE. Representantes dos departamentos de comunicação de sindicatos de educação do Benin, Canadá, Estados Unidos, Filipinas, França, Irlanda, Marrocos, Uruguai e Zimbábue fizeram apresentações relativas ao seu trabalho.

A IE transmitiu informações relevantes sobre o Congresso Mundial online do próximo mês de julho, em que a FNE vai participar.

O encontro serviu também para se aprofundar o conhecimento sobre como os sindicatos mundiais se podem envolver na nova campanha global da IE “Por Uma Educação de Qualidade – Financiar a Educação”.

A ComNet tem por objetivo maximizar o valor da informação sindical da educação a nível mundial. Pela FNE participaram nesta reunião Catarina Moscoso, Joaquim Santos e Tiago Soares.

Monitorização digital pode melhorar inclusão no local de trabalho

A implementação de sistemas digitais de monitorização de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), como dispositivos móveis portáteis ou aplicativos de telefone no local de trabalho, pode fortalecer a inclusão e a diversidade no trabalho, fornecendo suporte adicional ou atendendo às necessidades de grupos específicos de trabalhadores.

As taxas de emprego para certos grupos de trabalhadores, nomeadamente pessoas com problemas de saúde, deficiências, trabalhadores mais velhos (55–64 anos) e trabalhadores migrantes são muito mais baixas do que para a população em geral.

Existem muitas barreiras à integração desses grupos no mercado de trabalho, mas essa integração pode ser fortalecida através da melhoria e ajuste das políticas de SST. Ora os direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais estão consagrados na legislação de tratamento igualitário e na legislação de SST, com várias obrigações por parte dos empregadores.

Outro desafio é que a questão da promoção do envelhecimento saudável e do bem-estar no local de trabalho é um foco fundamental em termos de garantir a inclusão e a diversidade. Os problemas de saúde tendem a aumentar ao longo da vida e do trabalho de um indivíduo e o seu impacto permanece após a aposentação.

Isso é especialmente verdade para os trabalhadores que realizam trabalhos stressantes, fisicamente desgastantes e perigosos, que podem afetar negativamente o envelhecimento saudável. Quando se trata das necessidades dos trabalhadores mais velhos, a perda gradual de força física e resistência, bem como a diminuição do desempenho cognitivo, devem ser consideradas ao projetar intervenções de SST.





A integração dos trabalhadores de origem migrante e com poucas competências linguísticas nos locais de trabalho pode ser promovida através da utilização de câmaras e de Inteligência Artificial como recursos eficazes de formação em SST.

A monitorização digital facilita a identificação de tarefas ou situações percebidas como mais perigosas ou exigentes para os trabalhadores mais velhos, além de medir os níveis de fadiga física ou cognitiva, por meio de indicadores como a frequência cardíaca e os níveis de stresse.

A integração dos trabalhadores de origem migrante e com poucas competências linguísticas nos locais de trabalho pode ser promovida através da utilização de câmaras e de Inteligência Artificial como recursos eficazes de formação em SST. Trabalhadores solitários ou em locais perigosos podem ser rastreados por meio de sensores de marcação geográfica, o que reduz os riscos resultantes do trabalho isolado.

Apesar das oportunidades, permanecem desafios na diversidade no local de trabalho em relação à idade, saúde, género, raça/etnia e nível de experiência do trabalhador. As evidências sugerem que os sistemas digitais podem fazer com que os trabalhadores se sintam invulneráveis, tornando-os excessivamente confiantes nas suas capacidades, o que pode resultar em danos e acidentes. Por outro lado, existe o risco de que as informações também distraiam os trabalhadores, causem sobrecarga cognitiva e se mostrem stressantes devido à monitorização constante.

Outra questão é que a coleta de dados de saúde de trabalhadores individuais pode levantar preocupações sobre a discriminação no local de trabalho. Consequentemente, embora os dados possam ser úteis para monitorar saúde, isso também pode revelar-se uma faca de dois gumes, e o risco é que a saúde precária possa ser usada contra os próprios trabalhadores.

Assim, o sistema de monitorização de SST pode melhorar a inclusão e a diversidade no local de trabalho e pode, de facto, ser um grande equalizador. No entanto, persistem vários desafios, vertidos nas seguintes recomendações,: é especialmente importante:

1. Desenvolver uma abordagem holística para novos sistemas de monitorização de SST.
2. Fornecer exemplos claros, orientações e manuais sobre como proteger as necessidades de trabalhadores com deficiência e pessoas com necessidades especiais.
3. Capacitar os trabalhadores com necessidades especiais e os empregadores sobre o uso e gestão desses sistemas.
4. Assegurar a participação dos trabalhadores com necessidades especiais e dos representantes dos trabalhadores na conceção e implementação dos sistemas de monitorização de SST.
5. Calibrar a coleta e análise de dados para as especificidades de uma força de trabalho diversificada.

Diplomas publicados em Diário da República de 26 de maio a 25 de junho de 2023



[Despacho n.º 5967/2023-Diário da República n.º 102/2023, Série II de 2023-05-26](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Aprova o calendário de ações dos regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior para a matrícula e inscrição no ano letivo de 2023-2024

[Declaração de Retificação n.º 13/2023 Diário da República n.º 103/2023, Série I de 2023-05-29](#)

Assembleia da República

Retifica a Lei n.º 13/2023, de 3 de abril - altera o Código do Trabalho e legislação conexas, no âmbito da agenda do trabalho digno.

[Decreto-Lei n.º 41/2023 - Diário da República n.º 107/2023, Série I de 2023-06-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P..

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2023-Diário da República n.º 107/2023, Série I de 2023-06-02](#)

Presidência do Conselho De Ministros

Autoriza a realização de despesa relativa a investimentos em alojamento estudantil a custos acessíveis no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

[Declaração de Retificação n.º 419/2023 Diário da República n.º 107/2023, Série II de 2023-06-02](#)

Educação - Gabinete do Ministro

Retifica o Despacho Normativo n.º 4-B/2023, de 3 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 66, de 3 de abril de 2023. [Altera o Regulamento do Júri Nacional de Exames e aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo de 2022-2023]

[Despacho n.º 6164/2023 Diário da República n.º 107/2023, Série II de 2023-06-02](#)

Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes do Ministro da Educação e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Atualiza o apoio financeiro para os anos letivos 2021-2022 e 2022-2023, previsto no n.º 2.2 da cláusula iv do protocolo de cooperação celebrado entre os Ministérios da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, os estabelecimentos de educação pré-escolar, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas.

[Resolução da Assembleia da República
n.º 57/2023 - Diário da República n.º 108/2023,
Série I de 2023-06-05](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que desonere os cidadãos de apresentar documentos emitidos por serviços públicos junto de outros serviços públicos.

[Portaria n.º 150/2023 - Diário da República
n.º 108/2023, Série I de 2023-06-05](#)

Finanças e Educação

Fixa o apoio financeiro a conceder a alunos das escolas particulares de educação especial.

[Portaria n.º 161/2023 - Diário da República
n.º 113/2023, Série I de 2023-06-13](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2023-2024

[Despacho n.º 6499/2023 - Diário da República
n.º 115/2023, Série II de 2023-06-15](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Aprova o calendário da candidatura aos concursos especiais para titulares dos cursos de dupla certificação de nível secundário e cursos artísticos especializados para a matrícula e inscrição no ano letivo de 2023-2024 em instituições de ensino superior públicas.

[Despacho n.º 6560/2023 - Diário da República
n.º 117/2023, Série II de 2023-06-19](#)

Presidência do Conselho de Ministros, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes das Ministras Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Criação de uma comissão para a elaboração de uma estratégia de prevenção do assédio nas instituições de ensino superior.

[Resolução da Assembleia da República
n.º 69/2023-Diário da República n.º 118/2023,
Série I de 2023-06-20](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo o reforço da inovação e modernização da gestão pública, para um Estado mais simples, célere e eficiente ao serviço das pessoas.

[Declaração de Retificação n.º 453/2023
Diário da República n.º 119/2023,
Série II de 2023-06-21](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Retifica a Deliberação n.º 530/2023, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 98, de 22 de maio de 2023. [Candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro]

[Portaria n.º 172/2023-Diário da República
n.º 121/2023, Série I de 2023-06-23](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

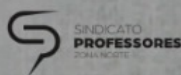
Procede à atualização intercalar das pensões em 2023.



Há +vantagens em ser associado(a)
dos sindicatos da FNE

Clique aqui para consultar os protocolos

+vantagens fne



WWW.FNE.PT

Participa!



C●NSULTA NACIONAL

Apreciação das Condições de Trabalho
Docente no ano letivo 2022/2023



30 de junho a 7 de julho

fne